

A ausência de jornalistas negras no mercado de trabalho no Rio Grande do Norte¹

Allyne Camylla Paz de SOUZA²

Glória RABAY³

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB

RESUMO

Mulheres no mundo inteiro sofrem de opressões estruturais como patriarcado, machismo e racismo e no jornalismo o cenário não é diferente. Essa pesquisa busca, além de trabalhar a questão de gênero, enfatizar como as mulheres negras sofrem duplas opressões e como é urgente enxergá-las ao menos a partir das interseccionalidades. Através de entrevistas em profundidade, evidenciando a história de vida de quatro jornalistas negras em atuação no jornalismo norte-rio-grandense, buscamos destacar como a questão racial influenciou em suas trajetórias profissionais. A observação evidenciou barreiras enfrentadas pelas mulheres negras e suas percepções sobre as formas do racismo no ambiente do jornalismo.

PALAVRAS-CHAVE: mulheres negras no jornalismo; comunicação antirracista; racismo estrutural; gênero; interseccionalidade.

INTRODUÇÃO

Durante muitos anos, o trabalho desenvolvido por mulheres no mundo inteiro sofreu apagamento em decorrência, principalmente, das opressões estruturais do patriarcado e machismo. Ao longo da história, muitas mulheres lutaram para conquistar espaços e reconhecimento do seu trabalho e hoje podemos ouvir essas mulheres e reconhecer o trabalho desenvolvido por elas. No processo de cristalização dos privilégios de gênero, raça e classe na sociedade, as mulheres negras, principalmente as vindas de periferia, são as que mais sofrem apagamento e invisibilidade. É necessário refletir sobre esses privilégios e questionar quais são os locais que a população negra ocupa ao nosso redor e também fora dele. É notável que, na mídia hegemônica, esse

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico), XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba. Membro do grupo de pesquisa Narrar - Narrativas Jornalísticas e Processos Produtivos, email: allyne.paz@academico.ufpb.br.

³ Orientadora do trabalho. Professora do Programa de Pós-graduação em Jornalismo PPJ/UFPB e do PPG em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas - PPGDH/UFPB. e-mail: gloria.rabay@gmail.com

cenário social não é diferente. É possível identificar a construção de opiniões e pensamentos da sociedade a partir do que é apresentado pela mídia, resultando em violências decorrentes do racismo estrutural em nossa sociedade perpetuadas através da imprensa. A sociedade brasileira possui marcas de desigualdade que podem ser identificadas ao longo da história e atualmente o debate sobre a representatividade negra na imprensa tem sido pautado em diversos círculos acadêmicos, políticos e midiáticos. Porém, é necessário mais do que esse debate. As pessoas negras têm condições de narrarem suas próprias histórias e assim, terem verdadeiramente o direito à fala como uma prática cotidiana e não apenas quando a sociedade patriarcal supremacista branca permitir. A mídia hegemônica promove o racismo estrutural de diversas formas, seja pela falta de representatividade de pessoas negras nesses espaços ou pela construção de narrativas que fomentam violências simbólicas. Por exemplo, o racismo estrutural é evidenciado quando associam na produção ficcional ou jornalística os corpos negros a vilões ou vítimas, representando as pessoas negras apenas em situações de violência ou vulnerabilidade social.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população brasileira é formada por quase 57% de pessoas negras⁴, ou seja, são maioria na sociedade brasileira. Entretanto, quando são representadas na mídia, estão situadas em posições minoritárias e subalternas. Quando, em raras vezes, são mostradas em posições de prestígio social, vincula-se uma narrativa meritocrática difícil de ser alcançada pela maioria da população subalternizada pelas condições concretas da existência. Desta forma, não encontramos indivíduos racializados em espaços de prestígio e privilégios, então surge o questionamento: se as pessoas negras são maioria populacional, por que são minoria em espaços como no ensino superior e na mídia?

Segundo o estudo “Perfil Racial da Imprensa Brasileira”, realizado em 2021, apenas 20% dos jornalistas no Brasil se autodeclaram pretos ou pardos. Atualmente 98% dos jornalistas que se declaram negros no Brasil consideram que profissionais racializados sofrem mais obstáculos no exercício da profissão do que jornalistas brancos. O apagamento, “esquecimento” ou escolha por não pautar narrativas negras, além da falta de representatividade no quadro de profissionais dentro do jornalismo, revelam uma falha na atenção ao código de ética do jornalismo brasileiro, que prevê a

⁴ Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019.

diversidade como condição para uma prática correta e, além disso, desvaloriza temas que já sofreram invisibilização na história do Brasil, escrita por escravocratas e/ou historiadores educados a partir do racismo estrutural, contribuindo assim para a manutenção de uma sociedade racista e coberta de desigualdades sociais e raciais. Por isso, é urgente que o jornalismo, principalmente os veículos que possuem maior alcance, tragam à tona a valorização dos corpos negros. Esse modo de (não) mostrar pessoas negras e suas narrativas pode ser lido como racismo estrutural, afinal, não é admissível que em uma sociedade que se diz democrática e com maioria de pessoas negras, ainda sejam poucas que estejam em lugares de poder como na mídia. Almeida (2019) explica sobre como o racismo se manifesta e como além dele ser estrutural, ele pode ser estruturante.

Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo. A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas (ALMEIDA, 2019, p.52).

As mulheres negras representam a parcela que mais sofre nesse processo de desigualdade social, pois, além de sofrerem violência devido ao gênero, ainda sofrem pela questão racial. A partir desse contexto, esse artigo, substrato de minha pesquisa de mestrado, tem a seguinte pergunta-problema: Como a história de vida das jornalistas negras do Rio Grande de Norte (RN) e suas vivências com o racismo influenciaram suas práticas profissionais? Esse trabalho tem o objetivo de analisar o protagonismo feminino e negro do jornalismo do RN. Infelizmente, é evidente a ausência de trabalhos acadêmicos de mulheres negras, que desde muito tempo sofrem apagamento. De acordo com NASCIMENTO (1977, p. 48-49), “podemos considerar que a invisibilidade da mulher negra no espaço acadêmico e midiático também se consolida, porque o seu outro (homem branco, mulher branca ou homem negro) não a vê trilhando esse itinerário intelectual”. Dessa forma, é imprescindível uma análise desse apagamento e melhorias para uma sociedade mais igualitária, justa e plural em todos os espaços. É importante ressaltar que o fato de eu (primeira autora deste artigo) ser uma mulher negra dentro do jornalismo me motiva a encontrar essas outras mulheres negras e assim, colaborar para uma comunicação feminista e antirracista. Esse trabalho é sobre jornalistas negras, que

assim como eu, são desafiadas diariamente a lidar com o racismo e machismo em uma sociedade estratificada como a nossa, assumindo assim, a noção de escrevivência, utilizada pela pesquisadora EVARISTO (2008), que demonstra como é possível a partir do incômodo, enquanto mulher negra dentro do jornalismo, despertar a vontade de investigar se assim como em mim, em outras jornalistas se manifesta esse “incômodo”.

O intuito dessa pesquisa também diz respeito a destacar a importância da comunicação voltada para os direitos humanos, em que enfatiza as pautas de gênero e raça como urgentes, e não como uma “cota”. Desta forma, assegurando os direitos humanos e promovendo a ruptura de silêncios, conforme enfatiza a pesquisadora e ativista social bell hooks em sua obra “Erguer a Voz - pensar como feminista, pensar como negra” (2019), quando menciona sobre a força que possui mulheres que falam sobre suas próprias histórias:

Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento. Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta (HOOKS, 2019, p. 38-39).

Portanto, é urgente que as mulheres negras escrevam suas próprias narrativas e sejam respeitadas nos espaços que estiverem. O apagamento dessas mulheres é histórico e violento, porém, com passos pequenos, já é notável algumas conquistas na sociedade, embora ainda seja o princípio. Essa pesquisa busca além de trabalhar a questão de gênero, enfatizar como as mulheres negras sofrem múltiplas opressões e como é urgente enxergá-las por completo: raça, gênero e classe. Além disso, existem outros marcadores que podem contribuir para mais opressões, como a gordofobia, questões de identificação de gênero, considerando que mulheres trans sofrem mais que mulheres cis⁵, como também a orientação sexual, dentre outros fatores. Desta forma, trabalhar a interseccionalidade como conceito é imprescindível para entendermos as opressões que atravessam corpos de mulheres negras.

O debate sobre interseccionalidade é primordial para compreender o contexto de luta de mulheres negras, uma vez que a tríade gênero-raça-classe, ainda hoje, ano de 2021, se apresenta como incontornável. E essa tríade não pode ser analisada separadamente, visto que seu impacto socio-político-cultural se faz de maneira conjugada. Em especial, as assimetrias advindas do entrecruzamento e

⁵ Em 2021, 140 pessoas trans foram assassinadas no Brasil, 135 delas eram travestis e mulheres transexuais.

da constituição recíproca de gênero, classe e raça podem ser entendidas como incontornáveis para a análise das desigualdades nas sociedades contemporâneas (SALES, NUNES, 2022, p. 70).

História de vida como metodologia

Para realização deste trabalho foram utilizadas a entrevista em profundidade e a história de vida como metodologias, uma vez que além de compreender sobre acontecimentos da vida das pessoas, é possível detectar de que forma marcadores sociais como o racismo e o machismo influenciaram diretamente na trajetória das entrevistadas. Parafraseando LIMA (2002), as histórias de vida podem ser utilizadas como instrumentos de ressignificação de quem somos, enquanto seres individuais e espécie coletiva.

As histórias de vida são narrativas centradas em indivíduos ou grupos sociais cujo objetivo é elucidar situações e questões bem demarcadas, prioritariamente interessadas em focalizar a participação humana no desenrolar da história contemporânea em movimento (LIMA, 2002, p. 05).

Entendendo a metodologia história de vida como crucial na compreensão da visão de mundo do/a entrevistado/a e do contexto onde vive, Mônica Martinez (2008) aponta:

Uma história de vida bem mapeada permite não só ampliar a visão de mundo do entrevistado, mas que esta ação, à semelhança dos círculos concêntricos que se expandem a partir de uma pedra jogada na água, permite aumentar a consciência num nível histórico, familiar, comunitário e até planetário (MARTINEZ, 2008, p. 43).

Desta forma, este trabalho se propõe a apresentar como as mulheres negras percebem o racismo dentro do jornalismo potiguar através de entrevistas em profundidade, dando ênfase na história de vida de quatro jornalistas que residem e resistem em Natal, capital do Rio Grande do Norte, e como a questão de gênero e raça atravessam a vida delas dentro do jornalismo. As entrevistas foram realizadas seguindo um roteiro pré-estruturado que abordava desde as lembranças da infância e vida familiar, os primeiros contatos com o jornalismo, a vida acadêmica, vida profissional, a questão racial, avaliação das práticas do jornalismo do ponto de vista das discriminações de gênero e raça, até perspectivas para o futuro. Apesar da abrangência

do roteiro de entrevista, neste artigo nos deteremos especialmente nas questões que abordaram o caráter profissional e racial e a percepção das jornalistas sobre as questões.

Análise da condição de ser jornalista negra no RN

Além de compartilharem do mesmo município de residência, as entrevistadas estavam na faixa etária de 29 a 39 anos, duas são casadas e três têm filhos. Todas são formadas em jornalismo, apenas uma cursou o ensino superior em universidade privada, as outras se graduaram na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Todas têm mais de cinco anos de conclusão do curso e de inserção profissional. Atualmente, as mulheres entrevistadas estão inseridas na televisão, jornalismo independente, meio acadêmico e assessoria de imprensa, apenas uma ocupa o cargo de chefia. Para preservar a identidade das entrevistadas, utilizaremos nomes fictícios.⁶

O processo de escravização e desumanização dos povos negros e seus descendentes resultou em uma sociedade racista e discriminadora, que naturaliza a situação de subalternidade a que é submetida a população negra. A manutenção de opressões como machismo, racismo e sexismo está intrinsecamente relacionada ao modo como a sociedade organiza a produção de riqueza baseada na extrema exploração, em especial, de alguns grupos subalternizados por valores e concepções que extrapolam a esfera econômica. Desta forma, é sobre as mulheres racializadas e oriundas de periferias, meios rurais e comunidades tradicionais que se concentram e interseccionam diversas opressões e estigmas.

Nesse contexto, as condições de trabalho da maioria das mulheres negras são precárias, com baixos salários e em situação de subalternidade. Assim, dificultando a possibilidade das mulheres negras ocuparem setores de prestígio situados nas hierarquias profissionais, porque elas não se encaixam em padrões de “beleza” e “boa aparência” estabelecidos pela supremacia branca, que vê corpos negros apenas como alvo.

Mulheres negras encontram óbvias dificuldades em ser contratadas por esse setor porque muitas dessas atividades de nível médio requerem contato direto com o público, como testemunham os anúncios para tais cargos, que mencionam o requisito da “boa aparência”. Na prática, “boa aparência” significa que a candidata pertence ao grupo racial dominante (GONZALEZ, 2020, p. 159).

⁶ Os nomes fictícios das entrevistadas serão Amara, Dandara, Ziru e Ayo.

Por não se encaixarem em um padrão branco e na “boa aparência” exigida para o acesso a empregos que lidam com o público e para ascenderem aos melhores cargos em empresas, mulheres negras são vistas como aptas para exercer apenas funções de servidão - remetendo ao processo de escravização - e isso permite reforçar o imaginário social que reserva as funções subalternas e de serviço para serem ocupadas por pessoas negras.

[...] Eu acho que a maioria das mulheres pretas, né? A gente nunca acha que é o nosso lugar. E aí uma pessoa, uma menina preta de periferia, escrevendo, lançando um livro [...]. Para a gente, nunca foi esse espaço, sabe? Então assim, eu me sabotei muitas vezes. Por realmente não acreditar que era meu lugar, então hoje eu tenho essa nova perspectiva. E quando eu vejo pessoas, meninas também, que já me veem como inspiração, como referência, eu vejo o quanto é importante a gente ter um trabalho que é como o seu neste momento [...] apesar que a nossa maior referência de fato é Glória Maria. Lembro dela porque era isso que era apresentado pra gente, né? Hoje em dia tem Maju também, que está mais em evidência. Porque as pessoas precisam acreditar que esse lugar é nosso (AYO, entrevista concedida à pesquisadora em dezembro de 2021).

Zuri, outra jornalista negra entrevistada, também considerava o jornalismo um espaço de difícil acolhimento. “Na época antes de escolher jornalismo, para mim era uma profissão elitizada, eram as caras que via na TV, (...) quem era esteticamente agradável para um padrão que ninguém sabe quem estabeleceu. Era algo distante, era uma profissão distante para minha realidade. Mulher negra de periferia, né?”.

As marcas deixadas pelo racismo estrutural resultam em tentativas de autoproteção que impedem que as mulheres negras invistam em grandes desafios. Dandara conta que em diversos momentos teve medo, “sempre tive muito medo de ser rejeitada, de ser preterida, acho que ao longo da vida isso vai acontecendo tanto que você cria bloqueios”. Ela relata que diziam, quando era estudante, que ela era legal na TV, vários professores previam que ela ia “dar muito show na TV”, porque Dandara já tinha desenvoltura, mas “eu sempre tive medo de ir, eu não sei o porquê, não aconteceu nada que dissesse ‘não vá, não vá’, mas eu sempre tive esse bloqueio. Talvez seja isso, você não vê tantas pessoas assim como você lá, então você se sente bloqueada e tem medo de ser rejeitada”. Para Ayo, a sociedade vai “olhar primeiro como preta, né?”

[...] Primeiro, vai me chamar de preta, só para depois me reconhecer como mulher. Então eu acho que a carga toda, em qualquer espaço que eu vou, seja no jornalismo, seja ele qual for, vai ser justamente essa,

porque primeiro vão ver minha cor e depois vão me ver enquanto ser humano, e às vezes nem reconhecem. Então a minha maior dificuldade é essa, eu acho que é por isso que é a parte que mais me dói. Porque existe um ponto chamado sonhar. E se você corta os sonhos de pessoas é como se você estivesse cortando a vida (AYO, entrevista concedida à pesquisadora em dezembro de 2021).

A entrada na universidade, um sonho para todas, também foi desafiadora e as jornalistas contam experiências de exclusão e racismo estrutural manifestos, segundo Dandara, nossa entrevistada, na ausência. “É uma ausência. Não é à toa que na universidade, na UFRN, têm poucas mulheres negras como professoras. Então a gente tem que mudar, né?”. Desta forma, mesmo ocupando espaços de poder - como numa universidade - pessoas negras não estão isentas de sofrerem racismo, mesmo que ele seja visto como “sutil” por muitos. Amara, uma das jornalistas entrevistadas, relata como no meio acadêmico ainda se reproduz a cultura racista, que atribui às mulheres negras papéis subalternos nas ações cotidianas.

Mas numa turma onde existiam seis, digamos, orientandas em que duas eram negras, essas duas orientandas eram as que lavavam a louça. Então, isso pra mim diz muita coisa [...] Existia uma orientanda que era mais velha [...] que sempre participava desses cafés, mas que nunca lavou uma xícara. E ela era extremamente branca, de cabelo liso. Então pode parecer que visualmente assim, não "não tem nada a ver", mas no fundo a gente tem um um racismo aí, estrutural, né? Que coloca essas meninas, essas duas meninas, por exemplo, nessa posição, né? De servidão mesmo, acho que não seria essa a palavra, mas nesse sentido de por serem mulheres negras, estarem prontas a servir outras pessoas, né? (AMARA, informação verbal)⁷

Mas, sobre a universidade também relatam experiências de descobertas e resistências que fortaleceram suas identidades de mulheres negras apontando para a importância da pluralidade daquele espaço. Amara conta que quando entrou na universidade tinha cabelo alisado. “E a universidade mudou internamente essa questão da aceitação, né?”

No jornalismo e em cargos de nível superior, que permitem acesso à espaços de poder, é importante compreender o conceito de epistemicídio, que é atrelado principalmente à esfera da educação, como também todo rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação provocam (CARNEIRO, 2005 apud. PORTAL

⁷ AMARA. Entrevista I. 18 de Dez. Entrevistadora: Allyne Camylla Paz de Souza. Natal, 2021

GELEDÉS, 2014), e nos permite entender sobre o apagamento de pessoas negras nesses espaços.

Pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esses processos denominamos epistemicídio. (CARNEIRO, 2005 apud. PORTAL GELEDÉS, 2014).

O racismo, atrelado ao machismo, é uma que mulheres negras precisaram driblar para conseguirem acessar espaços de poder como a universidade e o jornalismo. Ademais, existe ainda um padrão estabelecido na imprensa cujas entrevistadas não pertenciam.

Nós não temos esse espaço ainda, é um espaço que ainda é negado às mulheres pretas. Nós não conseguimos ocupar como os demais, até porque tem um padrão, né? O padrão é branco, o padrão da imprensa, do jornalismo é branco ainda. É branco, é loiro, é magro, é alto, é uma modelo que está ali apresentando um telejornal, a real é bem essa assim. E a mulher negra foge muito desse padrão, então ela ainda não é aceita. É óbvio que a gente já mudou muito, a gente está lutando todos os dias para mudar isso (DANDARA, informação verbal)⁸.

É perceptível que mulheres negras possuem dificuldades reais de acessar espaços como o jornalismo e que a ausência dessas profissionais racializadas é justificada principalmente pelo racismo estrutural - e estruturante - da nossa sociedade, e também, devido a fatores que promovem o privilégio de homens brancos - que é histórico na sociedade brasileira. A pesquisadora e ativista Sueli Carneiro contribuiu para esse debate quando enfatizou a exclusão de grupos subalternos nesses espaços:

Nesse sentido, o racismo também superlativa os gêneros por meios de privilégio que advêm da exploração e exclusão dos gêneros subalternos. Institui para os gêneros hegemônicos padrões que seriam inalcançáveis numa competição igualitária. A recorrência abusiva, a inflação de mulheres loiras, ou da “loirização”, na televisão brasileira, é um exemplo dessa disparidade (CARNEIRO, 2003, p. 119).

As entrevistadas mencionaram que antes de escolherem o jornalismo como profissão, elas perceberam a ausência de representatividade, pela realidade de não

⁸ DANDARA. Entrevista III. 18 de Dez. Entrevistadora: Allyne Camylla Paz de Souza. Natal, 2021.

verem, com frequência, pessoas negras naqueles espaços e as pessoas que existiam eram minoria e em geral não possuíam características negróides.⁹

Por mais que coloque uma mulher preta, ela vai ter que ter os traços mais finos, não é? Mesmo que tenha uma pele mais retinta, mas tem um traço mais fino. Quanto mais próximo da descendência africana, mais cortada ela será, mais desumanizada vai ser. Porque a mulher preta, se ela for muito retinta, só serve para os serviços domésticos, para limpar, e se você for clareando, você só serve para cama. (AYO, informação verbal)¹⁰

Entre as jornalistas entrevistadas, uma declarou ser oriunda da periferia de Natal e relatou, de uma forma muito explícita, a dificuldade de vir desses territórios de exclusão. Essa jornalista, apesar de hoje estar em um cargo de chefia em um dos veículos mais importantes do estado, sentiu muita dificuldade em entender que o campo do jornalismo também poderia pertencer a ela, principalmente por ser uma profissão majoritariamente exercida por pessoas brancas e elitizadas.

A origem periférica intersecciona com os marcadores sociais de raça e gênero, aprofundando as desigualdades. No Brasil, a pesquisadora Carla Akotirene é referência sobre o conceito de interseccionalidade e relembra a partir da obra de CRENSHAW (2002) que a interseccionalidade não é sobre hierarquizar marcadores, mas compreendê-los como um todo do ser.

A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisar quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas (AKOTIRENE, 2019, p. 27).

Desta forma, é possível notar que as jornalistas negras ultrapassaram barreiras estruturais como o racismo e o machismo e alcançaram espaços importantes na sociedade, como o jornalismo. É notável também que, mesmo em locais de privilégio como a academia, ainda é possível detectar a presença do racismo e que os marcadores sociais influenciam diretamente na profissão das jornalistas. Outro ponto importante

⁹ Características negróides são traços visíveis de negritude, como o tom de pele mais retinto, nariz alargado, cabelos crespos, lábios grossos, dentre outros.

¹⁰ AYO. Entrevista II. 18 de Dez. Entrevistadora: Allyne Camylla Paz de Souza. Natal, 2021.

para destacar é que as mulheres negras reconhecem uma melhoria nos quesitos raciais e de gênero dentro do jornalismo, entretanto, ainda há muito para ser conquistado.

Considerações finais

A luta pela igualdade racial e de gênero muitas vezes parece perdida, uma vez que a possibilidade de uma pessoa negra ser assassinada no Brasil é 2,6 vezes superior à uma pessoa não negra¹¹. Ademais, de acordo com o Anuário de Segurança Pública (2021), mais de 61% das vítimas de feminicídio são negras. Esses dados refletem diretamente o quanto é difícil ser uma mulher negra em uma sociedade repleta de machismo, racismo e violência como no Brasil. O fato de que mulheres negras conquistaram postos e ocupações de prestígio social significa que estamos rompendo com a realidade racista e machista que vivemos. Alcançar espaços de saber como a esfera acadêmica e migrar para um veículo de comunicação - que é um espaço de poder - ainda é exceção para a população negra. A escravização dos corpos dos nossos ancestrais atrasou centenas de anos o nosso desenvolvimento, que nos deixou à margem da sociedade, ocupando espaços longe de qualquer privilégio. A ruptura de silêncio e quebra de paradigmas são aliadas à luta antirracista, principalmente porque ocupar espaços é a nossa maior missão atualmente, e mais do que isso: nós falarmos por nós mesmos é uma conquista recente e jornalistas negras e negros lidam diariamente com o desafio de driblar esse mercado branco e racista que ainda é a esfera midiática.

Fica nítido através das entrevistas realizadas que ser jornalista negra no Rio Grande do Norte ainda é um desafio para essas profissionais, seja pelo racismo estrutural da sociedade, seja pelas dificuldades em reconhecimento dentro do espaço midiático - que são resultantes do racismo estrutural. Além disso, é evidente que quanto mais marcadores sociais o indivíduo possuir (gênero, raça, classe, orientação sexual, etc.), mais ele será excluído de espaços de poder da sociedade. Assim, mulheres negras mesmo ocupando espaços de privilégio na sociedade - e tudo isso sendo conquistado através de muita luta - elas ainda são alvo de racismo e machismo e vivenciam dificuldades reais para permanecer ocupando aquele espaço.

¹¹ Informações divulgadas pelo Atlas da Violência 2021, elaborado por meio de uma parceria entre o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do Ministério da Economia, e o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), ligado ao governo do Espírito Santo.

Atualmente, no Brasil, pesquisadores negros refletem sobre o racismo estrutural na sociedade, como as pesquisadoras Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, Conceição Evaristo, Lélia Gonzaléz, além de Silvio Almeida, dentre outros nomes. Aliados à pesquisa científica, também existem os sites de comunicação antirracista, feitos por pessoas negras que trabalham sobre questões raciais e vivências do povo brasileiro. Desta forma, a luta antirracista passa por pensar a comunicação como um agente de formação da opinião pública. É preciso, ainda, refletir sobre de que forma os corpos negros estão sendo apresentados pela mídia e como o feminismo negro contribui para uma sociedade mais igualitária.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. Coordenação Djamila Ribeiro. São Paulo: Pólen, 2019. p. 27.
- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019, Coleção Feminismos Plurais. p. 42.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Disponível em: <http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>. Acesso em: 28 fev. 2022.
- CARNEIRO, S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Acesso em: 10 jul. 2022.
- CARNEIRO, S. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, [S. l.], v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>. Acesso em: 10 jul. 2022.
- EVARISTO, Conceição. **Poemas de recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala. 2008.
- IBGE. Cor ou raça. In: **IBGE Educa**, 2020. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 18 abr. 2022.
- GONZALEZ, L. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020. 375 p.
- HOOKS, b. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019. p. 38-39.

JORNALISTAS&CIA. **Perfil Racial da Imprensa Brasileira**. Nov. 2021, 36 p. Disponível em: <http://www.jornalistasecia.com.br/files/perfilracialdaimprensabrasileira.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2022.

LIMA, E. P. **Histórias de vida em jornalismo literário avançado**. *Comunicarte*, Campinas, n. 25, 2002. p. 93-107.

MARTINEZ, M. **Jornada do Herói: a estrutura narrativa mítica na construção de histórias de vida em jornalismo**. São Paulo: Annablume, 2008. 280 p.

NASCIMENTO, B. **Nossa democracia racial**. São Paulo: Revista IstoÉ, 1977, p. 48- 49.

PORTAL GELEDÉS. **Epistemicídio**. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/epistemicidio/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

SALES, S. C.; NUNES, P. S. Mídia feminista negra: uma análise das narrativas interseccionais produzidas no Kilombas Podcast. **Temática**, João Pessoa, v. 18, n. 3, p. 64-80, mar. 2018.